AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E A FUNDAÇÃO DA REPÚBLICA A PARTIR DO PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT*

PUBLIC INSTITUTIONS AND THE FOUNDATION OF THERE PUBLIC FROM THE THOUGHTS OF HANNAH ARENDT

Carlos Fernando Brito Silva**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é explicitar alguns elementos da análise de Hannah Arendt sobre a fundação de corpos políticos, concedendo atenção especial ao aspecto da discussão sobre a relação entre estabilidade do corpo político e a espontaneidade das ações humanas. Este intento vincula-se à busca pela compreensão acerca do lugar do instrucional dentro do pensamento de Arendt. A hipótese aqui desenvolvida é a de que a fundação de instituições republicanas está intimamente ligada ao processo revolucionário e à concepção de ação política do tipo revolucionária conforme explorada por nossa pensadora. A fim de verificar tal hipótese, nosso percurso partirá da noção de fundação como materialização dos princípios, passando pela apropriação criativa que a autora faz da concepção de Montesquieu sobre a relação entre princípios e formas de governo e, por fim, elucidando instituições públicas que aparecerem em *On revolution* como responsáveis de preservar o que fora iniciado. Com este esforço, esperamos contribuir com uma leitura da ação política não apenas como performance.

PALAVRAS-CHAVE: fundação; instituição; princípio de ação; Hannah Arendt.

ABSTRACT

The objective of this work is to explain some elements of Hannah Arendt's analysis of the foundation of political bodies, giving special attention to the aspect of the discussion about the relationship between the stability of the political body and the spontaneity of human actions. This intente is linked to these arch for understanding about the place of the instructional within Arendt's thought. The hypothes is developed here is that the foundation of republican institutions is closely linked to the revolutionary processand the conception of political action of the revolutionary type as explored by our thinker. In ordert over if y this hypothesis, our Route will start from the noti on of foundation as the materialization of principles, passing through the creative appropriation that the author makes of Montesquieu's conception of there lation ship between principles and forms of governmen tand, finally, elucidating public institutions that appear in *On revolution* as responsible for preserving what had been started. With this effort, we hope to contribute to a Reading of political action not just as performance.

KEYWORDS: foundation; institution; action principle; Hannah Arendt.

* Artigo recebido em 17/05/2023 e aprovado para publicação em 10/06/2023.

** Doutorando em Filosofia pela UFMG, mestre em Filosofia pela UFPI, graduado em Filosofia na Faculdade Católica do Maranhão. E-mail: semfernand@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O pensamento da judia e alemã Hannah Arendt é uma fonte inspiradora de compreensão da modernidade; isso, porém, não significa que seja simples a tarefa de caminhar por entre as sendas e veredas de sua obra, que muitas vezes nos apresentam fenômenos antagônicos de uma mesma experiência. É assim que me parece, por exemplo, que figura o modo de Arendt apresentar tanto o totalitarismo quanto a revolução como fenômenos tipicamente modernos. Dar-se conta dessa paridade pode em muito ajudar na tentativa de compreender o pensamento da autora. Neste trabalho, entretanto, quero desenvolver apenas uma das faces desse antagonismo, a saber, aquela da revolução, deixando para um exercício posterior o desenvolvimento da outra que consiste no totalitarismo.

Qual o lugar do instrucional dentro do pensamento de uma autora amplamente descrita como antifundacional e performática? É esse o problema que me permite acessar o pensamento de Hannah Arendt, e é em referência a essa questão que o presente trabalho está vinculado. Entretanto, o que será realizado aqui é apenas um exercício de pensamento a fim de elucidar uma das maneiras possíveis de chegar ao cerne desse problema.

A ideia aqui desenvolvida consiste na busca por demonstrar o vínculo existente entre a materialização dos princípios de ação dos revolucionários e a experiência da liberdade tipicamente moderna que Hannah Arendt reconhece como sendo as revoluções. Para tal fim, percorro nessas páginas os temas da liberdade como participação no espaço público, da natalidade como capacidade de iniciar novos começos e da fundação como materialização de princípios.

LIBERDADE, PRINCÍPIO E FUNDAÇÃO

Em *O que é liberdade?* Arendt (2014, p. 198) afirma que a ação “[...] brota de algo inteiramente diverso que, seguindo a famosa análise das formas de governo por Montesquieu, chamarei de princípio”. Essa designação do princípio como fonte da ação é de suma importância para compreendermos o que significa instituir um espaço duradouro onde os cidadãos poder ver e ouvir uns aos outros. Porém, antes de avançar é preciso que se esclareça o que é esse conceito de princípio, conforme o faz a própria autora no texto em questão.

De acordo com a pensadora em *O que é liberdade?*, os princípios diferem dos motivos, pois não operam no interior dos sujeitos que agem, mas “[...] inspiram do exterior [...]” (ARENDDT, 2014, p. 199). Os princípios são ainda distintos dos juízos do intelecto que precedem a ação e também da vontade que dá início à ação. O princípio por sua vez “[...] torna-se plenamente manifesto somente no próprio ato realizador” (p. 199), e ao contrário dos méritos do juízo e do vigor da vontade que se exaurem no transcurso do ato, os princípios ganham pleno aparecimento somente no próprio ato manifesto. O princípio pode se repetir sempre uma vez mais, ao contrário da meta da ação; diferente do motivo da ação, o princípio é universal¹, não se ligando a nenhuma pessoa ou grupo especial.

Em seguida, Arendt elenca honra, glória, amor à igualdade e a excelência, mas também, medo, desconfiança ou ódio como princípios da ação. Ocorre que esse último movimento de esclarecimento que Arendt faz no conceito de princípio será posteriormente revisado pela autora quando ela complementa suas distinções acrescentando a ideia de movimento x ação ao conceito de princípio. Outro elemento importante dessa compreensão de Arendt é o vínculo que ela estabelece entre o princípio e a ideia de liberdade², destacando um pensamento já repetido em *A condição humana* de que “[...] o princípio da liberdade foi criado quando o homem foi criado, mas não antes” (ARENDDT, 2016, p. 220).

Em *O que é liberdade?*, Arendt parece não acreditar na possibilidade de que os princípios de ação sejam mantidos, ou melhor, materializados em instituições políticas. A autora afirma que “[...] a manifestação de princípios somente se dá através da ação, e eles se manifestam no mundo enquanto dura a ação e não mais” (ARENDDT, 2014, p. 199). Essa noção inicial parece que será transformada a partir do aprofundamento de Arendt no fenômeno da revolução³, dado que lá a autora postula o problema de como continuar o que se inicia e de modo mais específico à questão da segunda tarefa da revolução que é, a saber, “[...]”

¹ Hugo Prado (2019, p. 121) recorda que por universal Arendt não quer dizer que os princípios sejam abstratos. Mesmo não pertencendo de modo especial a um indivíduo ou grupo específico, isso não significa que os princípios estejam fundados na dimensão atemporal da eternidade. Eles estão na verdade enraizados na própria experiência que os trouxe à luminosidade típica dos assuntos humanos. Esse vínculo entre experiência e princípios é um acréscimo de Arendt ao instrumental de Montesquieu, conforme vemos no curso “History of political theory: Montesquieu” dado pela autora na Universidade da Califórnia em 1955, quando além da ideia de natureza do governo e de princípio de ação, a autora elenca o terceiro elemento de compreensão das formas de governo, que é a experiência humana de onde frui o princípio (ARENDDT, 1955, p. 24188).

² Apenas para constar: este elo entre liberdade e princípio de ação que aparece inúmeras vezes ao longo da obra de Arendt é fruto de sua interpretação acerca de Agostinho, especialmente a partir da distinção deste autor entre *principium* e *initium* (ARENDDT, 1996, p. 55).

³ Aprofundamento este que ocorre com uma série de outros conceitos conforme demonstrado por Rubiano (2016).

assegurar a sobrevivência daquele espírito de onde brotou o ato fundador, materializar o princípio que o inspirou [...]” (ARENDR, 2011, p. 171).

Apesar de parecer que Arendt faz uma mudança radical em relação à sua opinião acerca do elo entre princípios e fundação das instituições políticas, a verdade é que a autora aperfeiçoa e desenvolve um elemento já presente nessa sua primeira compreensão, mas que fica esquecido diante da larga atenção dada pela autora ao aspecto performático. Ao definir que os princípios não pertencem a um indivíduo ou a um grupo específico, Arendt gesta a distinção entre os princípios políticos e os princípios morais. Nessa distinção ainda incipiente em *O que é liberdade?*, Canovan (1994, p. 197-198) enxerga já uma alusão à necessidade de que os princípios sejam sedimentados nas instituições políticas e assim distingam-se definitivamente daqueles princípios morais concernentes ao interior dos indivíduos e dos grupos específicos.

O recuo que faço ao texto *O que é liberdade?* serve para mostrar a importância do tema dos princípios de ação/movimento para o pensamento de Arendt e o vínculo estreito deste conceito com o problema da liberdade, problema este essencial para os trabalhos da pensadora. Este elo entre liberdade e princípio de ação se tornará mais evidente em *Sobre a revolução* (1963), em que a autora afirma que “[...] o fundamental para qualquer compreensão das revoluções na era moderna é a convergência entre a ideia de liberdade e a experiência de um novo início” (ARENDR, 2011, p. 57). Para Arendt, as revoluções modernas trazem novamente para o palco dos assuntos humanos o fenômeno da liberdade, distinguindo-o de uma expressão interior que esse conceito havia ganhado ao longo da tradição (ARENDR, 2018b, p. 167). Essa liberdade, em sentido pleno, fora vivenciada pela experiência fulcral da natalidade na modernidade: a instauração revolucionária de novos começos.

Por revolução entendemos, com Arendt, o movimento político cujas tarefas são a fundação de um novo corpo político (fundação da liberdade) e a busca por assegurar a sobrevivência daquele espírito de onde brotou o ato fundador, ou seja, “[...] materializar o princípio que o inspirou [...]” (ARENDR, 2011, p. 171). Fundar e materializar a liberdade são duas expressões que compõem a análise de Arendt sobre as revoluções e que trazem à tona o problema da preservação dos princípios de ação que inspiraram os cidadãos a agirem em concerto, e é a partir dessa perspectiva que chegaremos ao esclarecimento acerca da revolução como ação fundacional e fundação como principiar a liberdade.

As revoluções fizeram uma transformação na ideia de fundação, dado que é somente nesses eventos que a liberdade volta a ser entendida como instauração do novo por meio da ação e do discurso no espaço público e, dessa forma, apresenta uma conotação diferenciada daquela ideia de fundação sempre pautada em narrativas cosmogônicas e mitológicas. O milagre originador de povos agora está alicerçado no próprio terreno dos assuntos humanos, é a própria capacidade dos homens de fundar novos corpos políticos e de instaurarem o novo.

Para Arendt, “foi somente no curso das revoluções setecentistas [*sic*] que os homens começaram a ter consciência de que um novo início poderia ser um fenômeno político, poderia ser o resultado do que os homens haviam feito e do que podiam conscientemente começar a fazer” (ARENDR, 2011, p. 77-78). Em outras palavras, as revoluções modernas possibilitaram a redescoberta da capacidade dos homens de agirem dando início a novos processos políticos.

Para Arendt, esse aspecto é talvez o mais singular de toda a revolução. Isso porque com a experiência da fundação se desafiou a comum descrição da história política como um movimento circular e giratório, e se deu margem para um “[...] progressivo desenvolvimento e abertura para o futuro” (ARENDR, 2018a, p. 24). O que ela quer destacar com a noção de progressivo desenvolvimento é a mutação que ocorrera no interior das próprias revoluções de um conceito de revolução e de tempo. Sobre o aspecto da mudança de mentalidade dos homens da revolução e abertura paulatina para uma nova concepção de tempo, Arendt (2011, p. 285) afirma:

[...] o espírito político da modernidade nasceu quando os homens deixaram de se satisfazer com a ideia de que os impérios surgiam e desapareciam num ciclo de mudanças eternas; é como se eles quisessem instaurar um mundo que durasse para sempre, exatamente porque sabiam como era novo tudo o que a época estava tentando fazer.

A dimensão heroica do agir político é retomada por esses cidadãos, pois eles conseguem vislumbrar em seus feitos a possibilidade de se immortalizar entre os homens. Por conseguinte, a proeminência da ação se dá exclusivamente porque é capaz de congrega um determinado número de pessoas no espaço público visando apenas à construção de uma obra eterna no mundo, ou seja, a fundação de um *novus ordo seculorum*.

Essa relação entre a novidade e a fundação também manifesta esse aspecto fugidio próprio dos assuntos humanos. Arendt (2011, p. 246) afirma que “faz parte da própria

natureza de um início que ele traga em si uma dose de completa arbitrariedade”. É diante desse desafio de enfrentar ou abraçar a arbitrariedade do principiar que a virtude da coragem se manifesta com grandeza política. Para fundar um novo corpo político, eles eram conscientes de que teriam que romper com “[...] formas de governo passadas e teriam que se lançar em um novo empreendimento: construir instituições e regras de convivência entre os cidadãos que nunca haviam existido antes” (RUBIANO, 2016, p. 89).

A coragem acima mencionada, ou a paixão pelo espírito público, nutre-se do processo de reavivamento de “[...] um novo princípio mundano da política: a simples pluralidade humana e o poder que ela pode gerar” (DRUCKER, 2001, p. 203). É correto falar desse reavivar do poder que brota da pluralidade humana, porque é a própria Arendt que vê em Maquiavel já uma reflexão pertinente sobre essa capacidade de haurir a eternidade da política mediante a incorporação do contingente ao corpo político. “O que define a grande pertinência de Maquiavel para uma história da revolução, da qual foi quase um percussor, é que ele foi o primeiro a pensar a possibilidade de fundar um corpo político permanente, constante e duradouro [...]” (ARENDR, 2011, p. 65). O conceito de fundação de Maquiavel desperta o interesse de Arendt, porque este pensador via na ação uma possibilidade de fundar uma nova Itália pela sua unificação. Para Arendt, após o período clássico, Maquiavel fora o primeiro “[...] a dirigir sua atenção para o mundo e para a ação política, colocando-os acima do interesse religioso e defendendo uma concepção da atividade política descomprometida de qualquer ideal de ‘bondade’ em sentido absoluto” (DUARTE, 2000, p. 218).

A relação de Arendt com Maquiavel se dá porque “[...] Arendt também se apoia em Maquiavel ao afirmar que a fundação envolve tanto a permanência como a mudança” (RUBIANO, 2016, p. 200). A ideia do florentino de que a fundação envolve esses dois aspectos descreve bem aquilo que Arendt pensava sobre a fundação permanente de um corpo político que tivesse em seu seio espaços para preservação do próprio princípio que os gerou e que não fora realizado plenamente ainda por nenhuma revolução. Nas palavras de Arendt,

No começo está sempre a fonte da liberdade. A tirania da razão não tem poder sobre esse começo, porque o princípio não é dedutível de sua lógica e porque a razão deve sempre pressupor o começo, a fim de fazer o trabalho necessário. Dessas determinações fundamentais, surge a grande paixão de todas as fundações, de todas as revoluções, de todas as criações, assim que elas desejam algo novo. (ARENDR, 2006, p. 151).

Dessa dimensão de fruição da liberdade que o começo possui é que surgem os problemas da constituição de um corpo político aberto para o novo e não fechado em sua estrutura, capaz de preservar o princípio e institucionalizar espaços onde este possa ser atualizado. Assim sendo, a fundação não se reduz, portanto, “[...] à redação de um novo código, como já afirmamos. Ao contrário, ela exige o enraizamento fora do tempo de uma obra que os homens sabem que tem a marca de sua finitude” (BIGNOTTO, 2011, p. 55).

É nesse “para além da performance” que reside a importância da segunda tarefa da revolução, a saber, a materialização dos princípios de ação em instituições e espaços duradouros de participação política. Compreender a fundação como principiar e materializar princípios é, ao meu modo de ver, a única maneira de permanecer fiel à máxima arendtiana de que essa possibilidade para o novo está instaurada na condição da natalidade que é própria dos homens. Os homens da revolução reestabelecem essa dinâmica da vida humana quando são capazes de, como os romanos antigos⁴, dar início a novos processos com potencialidade duradoura. Arendt vê em *As écoglas* do poeta romano Virgílio um aspecto perdido na tradição que pode esclarecer essa força que os revolucionários modernos possuíam para fundar e instaurar um novo começo.

Sem dúvida o poema [de Virgílio] é um hino à natividade, um louvor ao nascimento de uma criança e o anúncio de uma nova geração, uma *nova progênies*; mas, longe de ser a profecia da vinda de um salvador divino, é, ao contrário, a afirmação da divindade do nascimento em si, e de que a salvação potencial do mundo está no próprio fato de que a espécie humana se regenera sempre e para sempre [...] O que importa em nosso contexto não é tanto a noção profundamente romana de que todas as fundações são restabelecimentos e reconstruções, e sim a ideia em certa medida relacionada, mas distinta, de que os homens estão capacitados para a tarefa, que é um paradoxo em termos lógicos, de criar um novo início porque eles mesmos são novos inícios e, portanto, iniciadores, que a própria capacidade de iniciar se radica na natalidade, no fato de que os seres humanos aparecem no mundo em virtude do nascimento. (ARENDR, 2011, p. 270).

Assim, Arendt vê no poema de Virgílio já uma referência para a afirmação de que a “salvação do mundo” não está alicerçada na espera de intervenções de um transcendente, mas

⁴ É indispensável esclarecer com as próprias palavras de Arendt que a fundação ocorrida nas revoluções modernas não significa um refundação de Roma, mas a fundação de uma nova Roma. Ou seja, o que se passou especialmente na revolução americana não foi a tentativa de fundar Roma de novo, mas a buscar por uma nova Roma, ou seja, um novo corpo político capaz de preservar princípios de maneira suficientemente duradoura (ARENDR, 2011, p. 271).

na própria capacidade dos homens de começar algo novo, dado que é próprio da condição humana ser um novo começo⁵, pois a cada nascimento surge essa possibilidade.

É esse aspecto do elo entre a natalidade, liberdade e fundação que se apresenta de modo singular nos fenômenos revolucionários modernos que lega à posteridade o desafio que é como preservar o que se iniciou sem esvaziar o terreno político de sua característica distintiva que é iniciar novos começos. Em outras palavras, é o próprio desafio de como materializar os princípios de ação. É na atenção dada ao problema de como preservar o princípio que surge a questão sobre onde residirá a autoridade no novo corpo político. Arendt esclarece essa estrutura ao refletir sobre o lugar da autoridade em Roma e na república americana.

Em Roma, a função da autoridade era política e consistia em dar conselhos, ao passo que na república americana a função da autoridade é jurídica e consiste na interpretação. O Supremo Tribunal deriva sua autoridade da Constituição como documento escrito, enquanto o Senado romano, os *patres* ou pais da república romana detinham autoridade porque representavam, ou melhor, reencarnavam os ancestrais [...]. Por meio dos senadores romanos, os fundadores da cidade de Roma se faziam presentes, e presente com eles o espírito da fundação, o início, o *principium* e o princípio, daquelas *res gestae* de que veio a se formar a história do povo de Roma. (ARENDR, 2011, p. 258).

É importante não negligenciar, como fazem algumas leituras, o fato de que a autoridade do corpo político não está ligada apenas com a memória do ato fundacional, mas também aos princípios de ação que inspiraram tal ato. É nessa perspectiva que se compreende a autoridade como um alargamento das fundações⁶, no sentido de fazer com que o espírito fundador inspire também os recém-chegados à participação no governo. Arendt tece críticas à revolução americana exatamente por não ter conseguido institucionalizar esses espaços de participação e cair, assim, no risco de esquecimento do tesouro das revoluções e dos

⁵ Arendt comenta essa narrativa de Virgílio destacando exatamente essa dimensão do nascimento como expressão da capacidade própria dos homens de instaurar novos começos. “Em outras palavras, é a afirmação da divindade do nascimento e a crença de que a salvação potencial do mundo reside no próprio fato de que as espécies humanas se regeneram constantemente e sempre. [...] a experiência de ser livre coincidia, ou antes estava intimamente entrelaçada, com o início de alguma coisa nova [...]. Ser livre e iniciar alguma coisa nova eram sentidos como iguais.” (ARENDR, 2018a, p. 43).

⁶ A busca pela autoridade do corpo político significa buscar a origem de onde frui a aceitação geral daquela forma de governo e das leis que surgem no interior dessa forma. Na história dos grandes impérios ocidentais a autoridade sempre esteve assentada em elementos transcendentais como mitos ou lendas. Ocorre que nas revoluções isto já não é mais possível. A autoridade se relaciona agora com o assentimento do corpo político, com a rememoração de sua origem e a garantia de atualização dos princípios de ação que inspiraram os fundadores.

princípios da república. Essa transposição da autoridade do campo político para o jurídico reflete o problema da importância da materialização dos princípios.

Para Arendt (2011, p. 272), “o que salva o ato de iniciar de sua própria arbitrariedade é que ele traz dentro de si seu próprio princípio, ou, em termos mais precisos, que o início e o princípio, *principium* e princípio, não só estão relacionados entre si, mas são simultâneos”, nesse sentido, “a fundação, que é um ato de liberdade, força e vincula a conservação. No campo espiritual, essa é a tradição, a autoridade do mesmo está na ênfase do começo” (ARENDR, 2006, p. 332). Está claro, portanto, que para Arendt a dicotomia entre o ato que instaura um novo começo e o corpo político que irá conduzir e postergar esse começar não existe, e que a crença de que exista essa contradição é na verdade “[...] um dos sintomas de nossa perda” (ARENDR, 2011, p. 283); pelo contrário, é contraditória à própria condição política dos homens de iniciar e levar a cabo pensar que a fundação se resume à performance do ato fundacional.

Esclarecendo melhor como essa noção de princípio é uma ponte relevante entre a capacidade de instaurar o novo e a fundação de uma constituição permanente e duradoura, Etienne Tassin (2016, p. 117, grifos do autor) afirma:

Para pensar o início, ela convoca a noção de princípio, mas esvazia sua dimensão autoritária, literalmente *principal* (*principielle*): ela faz dele um princípio sem príncipe, sem principado. [...] Que princípio é este contido no início e que, contudo, não é uma *arkhé*, um comando? Vejo apenas uma resposta possível a esta questão que satisfaça a exigência formulada por Arendt através do recurso do início. O princípio próprio ao início é o *princípio do início*.

Apesar do jogo de palavras utilizado pelo autor para expressar as ideias de Arendt, conseguimos destacar que ele ressalta um bom aspecto da ideia e da preocupação arendtiana com esse princípio. Não podendo gozar da autoridade transcendente que era normal às narrativas sobre a fundação dos povos, a fundação deve firmar sua autoridade em algo que não traga para o corpo político o autoritarismo característico da tradição política filosófica do Ocidente pós-platônica. Assim, “[...] a ideia central da revolução [...] é a fundação da liberdade, isto é, a fundação de um corpo político que garante o espaço onde a liberdade pode aparecer” (ARENDR, 2011, p. 170). O que Tassin nomeia como “princípio do início” nada mais é do que o exercício da liberdade que se materializa em um corpo político duradouro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece claro que para Hannah Arendt a revolução, em sua dupla tarefa – fundar a liberdade e instaurar espaços de preservação dos princípios de ação –, é a manifestação moderna da grandeza do vínculo existente entre a natalidade, a liberdade e a fundação. O que fizemos foi tentar rastrear esse vínculo a partir do problema dos princípios de ação que inspiram os cidadãos a agirem em conjunto, na crença de que este é um dos percursos que mais claramente evidencia tal realidade.

O tema da materialização dos princípios e instituições, conforme aparece em *Sobre a revolução* não deixa dúvidas de que Arendt certamente não pode ser classificada como uma pensadora apenas do performático. Como destacado ao longo deste texto, é intrínseco ao processo de agenciamento revolucionário, no sentido de vários cidadãos agindo em conjunto, a necessidade de fundação de um corpo político duradouro e de instituições capazes de materializar e atualizar os princípios de ação que inspiraram os revolucionários.

A pergunta que fica, porém, é se esse modo de acessar o sentido arendtiano da revolução por meio do vínculo entre princípio e fundação de um corpo político e suas instituições pode ser usado para apreender o sentido de outra experiência tipicamente moderna, que é o totalitarismo. Dito de outra maneira, se é possível compreender o totalitarismo a partir dessa ideia de que as instituições do corpo político materializam, ou pelo menos deveriam, os princípios que inspiram a sua fundação. Obviamente esta é uma empreitada que não será realizada neste exercício de pensamento, mas que decorre das conclusões aqui obtidas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 13. ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARENDDT, Hannah. **Diário filosófico: 1950-1973**. Tradução de Raúl Gabás. Barcelona: Herder, 2006.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução de Mauro Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ARENDDT, Hannah. **History of political theory: Montesquieu**. Curso ministrado na Universidade da Califórnia, Berkley. Manuscrito disponível em The Hannah Arendt Papers at the Library of Congress. [S.l]: 1955.

ARENDDT, Hannah. Liberdade para ser livre: condições e significado de revolução. *In:* ARENDT, Hannah. **Liberdade para ser livre**. Tradução de Pedro Duarte. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018a, p. 17-48.

ARENDDT, Hannah. **Love and Saint Augustine**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

ARENDDT, Hannah. Revolução e liberdade, uma palestra. *In:* ARENDT, Hannah. **Ação e a busca da felicidade**. Organização de Heloisa Starling; Tradução de Virginia Starling. 2. ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2018b. p. 157-208.

ARENDDT, Hannah. **Sobre a revolução**. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CANOVAN, Margaret. **Hannah Arendt: a reinterpretation of her political thought**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

DUARTE, André. **O pensamento à sobra da ruptura: política e filosofia em Hannah Arendt**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DRUCKER, Claudia. O destino da tradição revolucionária: autoincompreensão ou impossibilidade ontológica? *In:* BIGNOTTO, Newton; MORAES, Eduardo Jardim (org.). **Hannah Arendt: diálogos, reflexões e memórias**. Belo Horizonte: UFMG, 2001. p. 196-214.

PRADO, Hugo Araújo. **Hannah Arendt e Leo Strauss e o estatuto do problema da normatividade na teoria política**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. Belo Horizonte, 2019.

RUBIANO, Mariana de Matos. **Revolução em Hannah Arendt: compreensão e história**. Tese (Doutorado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2016.

TASSIN, Etienne. Como continuar o que inicia: a tripla aporia revolucionária. **Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade**, v. 21, n. 3, p. 111-122, 2016.